

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-24-26>

Recebido em: 26/04/2024 | Aprovado em: 29/05/2024

Artigo Original

Editor de Seção: Fábio José Rauen

## IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS ENTRE INVENÇÕES E AFETOS: UMA CONTRIBUIÇÃO FEMINISTA

Language Ideologies	Ideologías lingüísticas
between Inventions and Affects:	entre invenciones y afectos:
A Feminist Contribution	una contribución feminista

**Ana Luiza Krüger Dias\***

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras,  
Departamento de Língua Portuguesa e Linguística, Goiânia, GO, Brasil

**Resumo:** Este artigo é uma contribuição teórica de inspiração feminista ao campo das ideologias linguísticas provocada pelas disputas metadiscursivas em torno dos usos do gênero gramatical no Português Brasileiro. A partir da reflexão crítica sobre a conceituação do termo “ideologia linguística” na literatura, propõe-se a necessidade de inserção de duas dimensões geralmente relegadas neste debate: a inventiva e a afetiva. Para tanto, discute-se como as ideologias linguísticas operam com base em *crenças* sobre como a língua funciona ou deveria funcionar, mas são construídas enquanto *representações* ligadas a regimes ontológicos de verdade referencial. Pensar o funcionamento ideológico da linguagem a partir das perspectivas da invenção (Wagner, 2012) e do afeto (Ahmed, 2014) enquanto ferramentas teóricas e práticas de ação social preconizadas pelos estudos feministas possibilita entender em maior profundidade as pressuposições e acarretamentos de uma política de signos que alinha determinados corpos falantes entre si, excluindo outros da matriz normativa de significados, legitimando e sedimentando projetos de hierarquização e exclusão.

**Palavras-chave:** Ideologia linguística. Gênero. Feminismo. Invenção. Afeto.

**Abstract:** This article is a theoretical contribution inspired by feminist approaches to the field of language ideologies, brought on by the metadiscursive disputes surrounding gender uses in Brazilian Portuguese. Through a critical reflection about the conceptualization of the term in the literature, this work proposes the inclusion of two dimensions usually forgotten in the debate: the inventive and the affective. The discussion focuses on how language ideologies operate based on beliefs about how language works or should work, but are constructed as representations linked to ontological regimes of referential truth. Thinking about the ideological functioning of language from the perspectives of invention (Wagner, 2012) and affect (Ahmed, 2014) as theoretical tools and practices of social action carried out by feminist studies makes it possible to understand in greater depth the (meta)pragmatic presuppositions and entailments (Silverstein, 2003) present in the production of a politics of signs which aligns certain speaking bodies with each other, excluding others from the normative matrix of meanings, legitimizing and settling projects of hierarchization and exclusion.

**Keywords:** Language Ideology. Gender. Feminism. Invention. Affect.

\* Docente da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7538-995X>. E-mail: [kruger.analuiza@gmail.com](mailto:kruger.analuiza@gmail.com).

**Resumen:** Este artículo es una contribución teórica inspirada en el feminismo al campo de las ideologías lingüísticas provocadas por disputas metadiscursivas en torno a los usos del género gramatical en el Portugués Brasileño. A través de una reflexión crítica sobre la conceptualización del término "ideología lingüística" en la literatura, se propone la necesidad de incorporar dos dimensiones generalmente descuidadas en este debate: la inventiva y la afectiva. Para ello, se discute cómo las ideologías lingüísticas operan basadas en creencias sobre cómo funciona o debería funcionar el lenguaje, pero se construyen como representaciones vinculadas a regímenes ontológicos de verdad referencial. Pensar en el funcionamiento ideológico del lenguaje desde las perspectivas de la invención (Wagner, 2012) y el afecto (Ahmed, 2014) como herramientas teóricas y prácticas de acción social defendidas por los estudios feministas permite una comprensión más profunda de las presuposiciones y consecuencias de una política de signos que alinea ciertos cuerpos hablantes entre sí, excluyendo a otros de la matriz normativa de significados, legitimando y solidificando proyectos de jerarquía y exclusión.

**Palabras clave:** Ideología lingüística. Género. Feminismo. Invención. Afecto.

## 1 INTRODUÇÃO (OU O “A” DA QUESTÃO)

Antes de começar a escrever este artigo, me peguei pensando sobre como iria flexionar o gênero gramatical ao longo dele. Deveria manter o masculino genérico, prescrito como o padrão para se referir a todas as pessoas? Utilizar a díade “o/a”, incluindo também o gênero feminino como um adendo ao masculino? E as possibilidades de uso do “x”, do “@”, do “e” como alternativas que questionam o binarismo e a essencialização das normas de gênero?

De saída, posso dizer que esse gesto, por si só, indica um sintoma: usos linguísticos dizem respeito a aspectos da vida social que não estão circunscritos apenas a um sistema denotacional. E quando escolhemos fazer uso de determinadas formas linguísticas num dado contexto, estamos fazendo uma escolha política e assumindo a responsabilidade de sinalizar como tais formas devem ser interpretadas, ao mesmo tempo que interpretamos aquelas produzidas por outrem.

O transbordamento das relações de gênero social na língua vem sendo objeto de investigação desde os anos 1970 (nesse sentido, cf. Scheiner; Hacker, 1973), notadamente graças às discussões da Linguística Feminista, responsável por colocar em foco as maneiras pelas quais sexo e gênero que se constroem na/pela linguagem (Vallada; Pinto, 2021). O campo questiona, há décadas, como o uso do gênero gramatical no masculino para designar “todas as pessoas” opera construindo uma naturalização da figura masculina (branca e heterossexual, lembre-se) enquanto portadora do status de sujeito genérico universal. A desinência feminina torna-se, assim, a expressão do gênero que é *marcado*, razão pela qual foi apropriada pela crítica feminista para mostrar que a desinência masculina não denota todos os corpos como alegadamente pretende.

Mais recentemente, o paradigma da diferença genérica entre homens e mulheres por meio da língua foi deslocado para a noção de diversidade de identidades e práticas de gênero, interseccionadas com outras marcas corporais que compõem a performance linguística (Cameron, 2005), fazendo com que o debate se expandisse para formas mais inclusivas de uso da linguagem para designar no sistema linguístico identidades não conformadas no sistema binário tradicional – muitas vezes explicitando a insuficiência de nossos códigos para tanto.

Nesse sentido, Rodrigo Borba e Adriana Lopes (2018) refletem sobre alguns desdobramentos dessa proposta político-teórica ao discutir sobre o uso do “X” como desinências de gênero em determinadas práticas em língua portuguesa no Brasil no âmbito das quais se faz necessário evidenciar, desestabilizar e eventualmente apagar a diferenciação de gênero na língua. Conforme argumentam, o “X” desmantela a dicotomia entre gênero social e gramatical e desafia as relações consolidadas entre escrita e oralidade. De forma, correlata, essa inovação gramatical vem causando reações tanto de linguistas quanto de instâncias midiáticas, mostrando que fenômeno linguístico da marcação binária de gênero “é tão naturalizado que qualquer deslize em seu uso, qualquer fissura no sistema da língua, é punido com escárnio” (Borba; Lopes, 2018, p. 245).

Rasurar o gênero gramatical com o “X” significaria, portanto, um esgarçamento do “campo semântico-pragmático de seu alcance: se, gramaticalmente, as desinências ‘o’ e ‘a’ têm referentes bem circunscritos (e, portanto, excludentes), o X abarca todos por conta de sua indeterminação” (Borba; Lopes, 2018, p. 281). Trata-se, pois, de um uso discursivo relevante cujo principal efeito é fazer emergir textualmente as relações complexas e multifacetadas entre língua e gênero.

Mais recentemente, a literatura vem mostrando que uso do “X”, assim como do “@”, apresenta alguns problemas que dificultam sua eventual lexicalização, como o fato de serem termos circunscritos à linguagem escrita, não havendo uma correspondência inclusiva na linguagem falada, e não serem adequadamente processados por programas de computador em razão da sua representação fonológica, excluindo eventualmente pessoas com deficiência visual (Moura, 2021).

Diante disso, o uso da desinências “-e” passou a ser mais disseminado recentemente, em razão da sua representação fonológica e da sua possibilidade de marcação morfológica. Ao mesmo tempo, seu uso também enfrenta impasses, como é o caso de nomes terminados com -e comuns a todos os gêneros, mas que podem privilegiar o masculino genérico, contribuindo para a continuidade do apagamento do feminino enquanto campo simbólico, como amplamente repercutido nos embates sobre o uso de presidente/presidenta ao longo da gestão de Dilma Rousseff entre 2011-2016.

Na época da gestão de Dilma Rousseff, ainda que esse debate fosse muitas vezes articulado por meio questões de ordem lexical, morfológica, fonológica, sintática ou semântica, o que observamos se desenrolar na esfera pública foi uma disputa metadiscursiva que transbordava aspectos técnicos, causando comoções e indiciando posicionamentos políticos:

Aquelxs que rejeitaram a desinências feminina do substantivo saíram em defesa do bom português e deixavam claro seu posicionamento político contra o governo moderadamente de esquerda de Rousseff: ‘quer destruir nossa língua assim como quer destruir nosso país’. Por outro lado, aquelxs que passaram a utilizar ‘presidenta’ afirmavam que se fazia necessário enfatizar o fato de que pela primeira vez o Brasil era governado por uma mulher, afirmando, assim, que mudanças na estrutura social traziam modificações na estrutura da língua (Borba; Lopes, 2018, p. 244).

Esse tensionamento é evidenciado atualmente quando vemos a gestão de Luís Inácio Lula da Silva no governo federal iniciada em 2023 adotar o gênero neutro nas suas

comunicações oficiais<sup>1</sup>, gesto seguido de variadas tentativas de proibição de seu uso pelo congresso<sup>2</sup>, mostrando a importância de olharmos para como se dá a produção do entrelaçamento ideológico de nossos sistemas culturais e linguísticos – e seus efeitos na materialidade de nossas vidas sociais.

Este artigo não procura propor soluções definitivas para a questão do uso da linguagem neutra, até porque ela não reside necessariamente na falta de uma terminologia inclusiva<sup>3</sup>, que inclui, além das desinências neutras, alternativas para o uso de artigos e pronomes, e estratégias de reformulação frasal para evitar a determinação de gênero. Trata-se de partir desse fenômeno como uma oportunidade para discutir como as disputas em torno de determinadas escolhas de uso linguístico localizam as pessoas e grupos falantes num terreno de tensões entre usos linguísticos sedimentados e sua relação com processos sociais mais amplos<sup>4</sup>. Essa reflexão inicial sobre a flexão do gênero gramatical evidencia, assim, algumas incompatibilidades entre os modelos convencionados de língua e as realidades empíricas produtoras de diferença, diversidade e diferenciação (Brah, 2006), ao mesmo tempo que mobiliza novos olhares interpretativos para a relação entre estruturas linguísticas e os corpos em que elas habitam, explorando a potência das rupturas e reinvenções diante delas.

Sem prejuízo de outros usos possíveis em outros tantos contextos, este artigo opta por fazer um uso híbrido das marcações e/ou indeterminações de gênero conforme os propósitos de cada passagem textual. Assim, o uso de termos inclusivos pode eventualmente estar intercalado com o uso exclusivo do masculino quando este aponta, por exemplo, para a figura do homem cisgênero, heterossexual, branco e letrado como o único autorizado a produzir discurso em determinados contextos sócio-históricos.

A marcação do par “a/o” também é proposital em passagens específicas do texto – especialmente na discussão sobre o paradigma referencial – por duas razões. Em primeiro lugar, ela inscreve e nos lembra que o masculino genérico ainda configura a regra gramatical, e os efeitos do sistema patriarcal que o sustenta ainda são construídos com base na pressuposição de um referencial binário de construção das diferenças entre os gêneros. E como veremos, esse sustentáculo encontra uma correspondência na maneira como o paradigma referencial da Linguística moderna funciona. Em segundo lugar, usar a desinência “a” ao lado da desinência supostamente neutra, especialmente quando localizada antes do “o” – não como um adendo, mas num lugar de primazia denotacional – desestabiliza os termos dessa representação. Assim, o tensionamento provocado pelo uso do par binário é proposital, já que funciona como um lembrete das feridas que ele causa no tecido social:

<sup>1</sup> “Governo Lula adota pronome neutro ‘todes’ em eventos”. *CNN Brasil*, 5 jan. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/tF83N>. Acesso em: 8 jan. 2024.

<sup>2</sup> “Câmara dos Deputados aprova proibição de linguagem neutra em órgãos públicos”. *CNN Brasil*, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/3AhrI>. Acesso em: 8 jan. 2024.

<sup>3</sup> Consolidada, por exemplo, na publicação de manuais de uso não sexista da linguagem (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014) e de uso da linguagem neutra (Caê, 2020).

<sup>4</sup> Nesse sentido, cf. “Leda Nagle reclama por não poder usar termos racistas: ‘Não sei como se fala mais’”. *UOL*, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pflW7>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Uma boa cicatriz é aquela que se destaca, um sinal irregular na pele [...] Mas a cicatriz é um sinal da lesão: uma boa cicatriz permite cicatrizar, até cobre a ferida, *mas a cobertura sempre expõe a lesão, lembrando-nos de como ela molda o corpo*. Nossos corpos foram moldados pelos seus ferimentos; cicatrizes são traços daquelas lesões que persistem na cicatrização ou costura do presente<sup>5</sup> (Ahmed, 2014, p. 201-202, grifos no original).

As provocações suscitadas pelo debate sobre a flexão do gênero gramatical no Português Brasileiro culminam na necessidade de propor uma contribuição teórica feminista ao campo das ideologias linguísticas, já que se trata, afinal, de escolhas ideologicamente informadas de uso da língua que apontam para as maneiras como os corpos falantes são construídos e avaliados num sistema cultural altamente regimentado.

A proposta teórica aqui levantada parte dos elementos mobilizados para a conceituação do termo “ideologias linguísticas” por autoras e autores internacionais que contribuíram para a consolidação deste campo de estudos e se tornaram algumas das principais referências para a produção acadêmica brasileira sobre ideologias linguísticas – que, no entanto, ainda é muito incipiente (Carmo, 2015). A partir de tais conceituações, procuro mostrar como as ideologias linguísticas operam com base em *crenças* acerca de como a língua funciona ou deveria funcionar, mas se articulam epistemologicamente enquanto *representações*, ligadas a regimes ontológicos de verdade referencial.

Na sequência, proponho a necessidade de inserção de duas dimensões geralmente relegadas em Linguística para entender melhor o funcionamento ideológico da linguagem: invenção e afetos. Trata-se, por um lado, do reconhecimento de que categorias historicamente consideradas como “irracionais” movimentam nossos comportamentos linguísticos e nossas epistemologias, ao mesmo tempo que fornecem camadas para a própria contestação e ruptura de sistemas sociais desiguais (Butler, 1997).

## 2 ENTRE CRENÇAS E REPRESENTAÇÕES

Partindo do entendimento de que a língua não apenas constata fatos dados *a priori* no mundo, mas efetivamente faz coisas no mundo, é forçoso reconhecer que a língua também diz sobre aquilo que se faz com ela. Nesse gesto, tanto de produção quanto de interpretação de usos linguísticos, fazemos avaliações explícitas e/ou implícitas sobre quais são os usos mais ou menos adequados da língua, já que eles apontam para quem somos (ou queremos ser/parecer ser), para quem é (ou parece ser) o outro, para o que entendemos como contexto e para o que entendemos como linguagem (Silverstein, 1979, 1993, 2003).

E o que norteia socialmente tais avaliações? Paul Kroskrity (2004, p. 497) salienta que estamos constantemente produzindo “modelos para a construção de avaliações linguísticas e para o engajamento na atividade comunicativa”, engendrados por uma matriz ideológica da língua que significa e é significada pela materialidade da experiência. As ideologias linguísticas, portanto, como aponta Kathryn Woolard (1998, p. 3), “*imaginam e representam* os laços da linguagem com identidade, estética, moralidade e epistemologia” (grifos meus).

<sup>5</sup> A responsabilidade pela tradução de textos em língua estrangeira é da autora.

Sendo assim, não há como pensar as ideologias linguísticas sem pensar em seus efeitos reais sobre as vidas das pessoas, desde uma perspectiva das interações cotidianas à construção e sedimentação de imaginários coletivos que sustentam projetos de poder. Bauman e Briggs (2000) apontam, por exemplo, como uma concepção particular de língua (e de sujeito falante) fundou, legitimou, naturalizou e reproduziu o projeto moderno, calcado em ideologias de nacionalização, racialização e generificação dos corpos falantes, como forma de produzir diferenciação, hierarquização e dominação. As ideologias da diferenciação linguística constituem, assim, “ideias por meio das quais participantes e observadoras/es *enquadram* seu entendimento sobre variedades linguísticas e *mapeiam* esses entendimentos nas pessoas, eventos e atividades significativas para elas/es” (Irvine; Gal, 2000, p. 35, grifos meus).

O uso de uma forma linguística determinada pode se tornar, então, um ponteiro ou índice de identidades sociais de falantes. Para Irvine e Gal (2000), as/os falantes (e ouvintes) frequentemente percebem, racionalizam e justificam tais índices linguísticos, criando assim ideologias linguísticas que pretendem explicar a fonte e o significado das diferenças linguísticas:

Para colocar isso de outra maneira, características linguísticas são vistas como *refletindo e expressando* imagens culturais mais amplas de pessoas e atividades. As ideologias das/os participantes sobre a língua(gem) localizam os fenômenos linguísticos como parte de, e evidência para, o que elas/es *acreditam* ser contrastes comportamentais, estéticos, afetivos e morais sistemáticos entre os grupos sociais indexicalizados (Irvine; Gal, 2000, p. 37, grifos meus).

Para Silverstein (1979, p. 193), as ideologias constituem um “conjunto de *crenças* acerca da linguagem articuladas pelos usuários como uma *racionalização* ou justificação das estruturas e usos percebidos da língua” (grifos meus). Milroy (2011), ao tratar da ideologia da língua padrão, também se refere a ela como a *crença* de que a língua é um bem cultural que contém uma suposta uniformidade de uma classe de objetos, de modo que aquelas/es que a sustentam “acreditam que seus juízos desfavoráveis sobre pessoas que usam a língua ‘incorretamente’ são juízos puramente linguísticos sancionados por autoridades sobre língua” (Milroy, 2011, p. 59). Para o autor, em consonância com Irvine e Gal (2000), essa crença é, ela mesma, consequência da padronização e atinge não apenas quem participa de um sistema sociolinguístico, mas também os próprios indivíduos e grupos que teorizam sobre a linguagem.

Como se percebe nos grifos feitos nas citações até aqui, as principais discussões teóricas do campo associam, em suas definições de ideologias linguísticas, noções como “imaginar”, “representar”, “refletir”, “expressar”, “acreditar”. Devemos entender todas elas da mesma forma? Quais são as pressuposições epistemológicas que determinam certas concepções de ideologia em detrimento de outras? O que tais escolhas acarretam pragmaticamente? É o que discutirei nas próximas seções.

Antes disso, porém, trago as reflexões de Deborah Cameron (2014) sobre o porquê de algumas/uns estudiosas/os da linguagem preferirem o uso do termo *representações* ao invés de *crenças* quando tratam das ideologias linguísticas. Para a autora, isso se relaciona com certa tendência do campo de distinguir entre proposições “ideológicas” e fatos

propriamente “científicos”. Cameron (2014, p. 281-282) argumenta ainda que, como o estudo das ideologias linguísticas investe na produção social de significado, a noção de crença poderia sugerir algo localizado na mente individual, enquanto “é a partir das representações que as/os usuárias/os de línguas aprendem como os fenômenos linguísticos são convencionalmente compreendidos em sua cultura”.

No entanto, a própria autora nos lembra que “as representações da língua raramente são *apenas* representações da língua” (Cameron, 2014, p. 282, grifos no original), mas estão saturadas de significados sociais e culturais, que passam a pautar não apenas nossos comportamentos e interações, mas também como pensamos e teorizamos sobre eles.

### 3 O PARADIGMA REFERENCIAL E A INVENÇÃO DA CULTURA

O debate sobre a conceituação das ideologias linguísticas enquanto representações ou crenças sobre como a língua deve funcionar traz à tona uma dimensão metareflexiva de construção e legitimação de certas categorias teóricas, responsáveis por fundar, naturalizar e sedimentar o projeto moderno de racionalidade e universalidade do sujeito.

Como sinalizei no começo do artigo, as ideologias linguísticas funcionam como um modelo supostamente representacional para o funcionamento desejado da língua, mas dependem fundamentalmente da crença articulada social e culturalmente de que há uma realidade ideal representável por meio da linguagem. Daí reside seu caráter eminentemente performativo: elas constroem a realidade que alegadamente constata. Assim, quando avaliamos determinada performance verbal como “adequada” ou “inadequada” em termos, por exemplo, de falas “femininas” ou “masculinas”, não estamos simplesmente descrevendo um estado de coisas anterior à enunciação, mas inscrevendo normas numa matriz de inteligibilidade de gênero e aplicando-as a corpos falantes (Butler, 2019[1990]; Borba, 2014).

A tradição representacional nos estudos linguísticos depende fundamentalmente de um paradigma referencial, segundo o qual há uma referência no mundo “lá fora”, que é re-apresentada num novo contexto pela linguagem, na forma de signos semióticos capazes de designar uma correspondência entre uma palavra e seu conceito:

Uma ligação triádica é assim estabelecida entre a ‘realidade’ (A), a ‘ideia’ (B) e a designação (C) – sendo esta última o parafuso que une as outras duas, estabelecendo o nexo entre elas. De acordo com essa lógica, a primeira e principal operação da linguagem seria de simples mediação e transmissão de informação, ao longo de um circuito linear estabelecido entre o emissor e o receptor, cuja eficácia depende da competência linguística do indivíduo para dominar um código estruturado de acordo com um conjunto universal de regras (C), que deve ser capaz de traduzir a experiência privada do indivíduo (B) com a realidade (A) (Fabrício, 2016, p. 133).

Branca Falabella Fabrício (2016, p. 133) argumenta que se trata de uma tentativa de capturar a “substância vital das coisas e, tal qual parafusos, definir territórios imóveis de significado – cada objeto ocupando seu lugar ‘natural’ – e engendrar sistemas de valores que incluem os seres humanos e seus corpos”. Ao mesmo tempo, esses territórios de significados não permanecem imóveis ou incontestados – pelo contrário, só existem

em função dos choques e disputas em torno deles. Percebendo o funcionamento desses dois conjuntos de práticas antagônicas que se autossustentam discursivamente, Bruno Latour (2013) argumenta que a epistemologia moderna, na verdade, depende das misturas entre aquilo que é da ordem da natureza (“o mundo lá fora”) e da cultura (“a língua”), ao mesmo tempo que cria, por processos de purificação, duas zonas ontológicas inteiramente distintas entre estes campos.

Diante disso, recorro à noção de “invenção”, conforme Roy Wagner (2012), enquanto categoria teórica útil para tornar visível esse mecanismo de “purificação” que faz funcionar a língua e produz regimes metadiscursivos sobre ela. Segundo este autor, é apenas mediante o ato de invenção que um sentido abstrato pode ser apreendido e, conseqüentemente, convencionado e contrastado com outros sentidos. E as ideologias linguísticas são responsáveis, em grande medida, justamente por convencionar a existência dessas realidades inventadas, gerando a *ilusão* de que algumas associações de um elemento simbólico são primárias e autoevidentes, até se tornarem tautológicas:

Quanto mais completamente esse efeito de ‘conferir características a si mesmo’ se realiza, mais se pode dizer que o uso é *convencionalizado*, amplamente compartilhado, comunicável, facilmente definido (e desprovido de sentido). Ou, para dizê-lo de outro modo, as coisas que melhor podemos definir são as que menos valem a pena definir. Mesmo Jeová (em sua feição popular, versão rei Jaime), quando pressionado a definir a si próprio, recorreu a uma tautologia: ‘Eu Sou o que Sou’ (Wagner, 2012, p. 115-116, grifos no original).

Nesse gesto inventivo, acaba-se criando “uma imagem e uma impressão de um absoluto em um mundo que não tem absolutos” (Wagner, 2012, p. 119), cujo efeito é dar a esse mundo a ilusão de um centro ou de um padrão, numa discriminação ideológica nítida e compulsória entre os dois mundos simbólicos – o reino da natureza (inato) e o reino da cultura (convencional). Para o autor, há uma relação dialética (de interdependência e contradição) entre invenção e convenção:

A necessidade da invenção é dada pela convenção cultural e a necessidade da convenção cultural é dada pela invenção. Inventamos para sustentar nossa orientação convencional; aderimos a essa orientação para efetivar o poder e os ganhos que invenção nos traz (Wagner, 2012, p. 141).

Trazer para o debate o caráter inventivo das concepções que sustentam nossas práticas linguísticas não implica dizer que elas não sejam verdadeiras – afinal, estamos diante de um deslocamento das próprias noções antitéticas de “verdade” ou “falsidade” enquanto absolutas ou mesmo confiáveis. Diria que é mais produtivo, conforme salienta Cameron (2014, p. 288), tentarmos entender “como e por que as representações de um tipo particular alcançam ampla circulação e influência em um determinado momento histórico, deslocando ou substituindo as representações alternativas”.

Nesse sentido, poderíamos nos perguntar: que elementos e materialidades sócio-históricas concorreram (e ainda concorrem) para que a representação de um tipo particular de sujeito (masculino, cisgênero, branco, heterossexual) tenha sido alçado ao status de universalidade por meio de sua inscrição no sistema linguístico? Bauman e Briggs (2003), em sua releitura crítica de uma tradição filosófica a partir da análise das relações entre

ideologias linguísticas e práticas políticas geradoras de desigualdade social, mostram que esse trabalho de construção de universais (de língua e de sujeito) depende de um trabalho ativo de invenção e, ao mesmo tempo, de ocultação do próprio gesto inventivo por meio de sua inscrição numa ordem do discurso científico:

Ao construir um modelo de discurso civil e racional como harmonia social em termos explícitos, sistemáticos e teóricos, Locke aumenta o *poder da linguagem como ferramenta para criar ordem social*. Tendo investido a linguagem nos signos e distinguindo-os nitidamente das ‘próprias coisas’, ele eleva ‘a doutrina dos signos’ do estatuto de ameaça à ciência e à sociedade ao estatuto de um *atributo de comportamento científico e cavalheiresco*, uma fonte distinta de conhecimento e uma força poderosa para a ordem social (Bauman; Briggs, 2003, p. 51, grifos meus).

Neste projeto de constituição da epistemologia moderna da Linguística, em que a língua purificada se torna o modelo não apenas para a ciência, mas para as práticas linguísticas adequadas (ou “cavalheirescas”) na sociedade civil, cria-se uma promessa de universalidade da língua pura e racional ao mesmo tempo que se restringe o acesso às práticas linguísticas estandardizadas:

[...] uma vez que as mulheres, as pessoas pobres, trabalhadoras e outros em geral nunca poderão esperar desenvolver as suas competências linguísticas tão plenamente como os cavalheiros, a linguagem torna-se um meio de avaliar sistematicamente os indivíduos e os setores sociais em termos da sua precisão e parcimônia linguística e das qualidades sociais que o discurso idealmente incorpora – racionalidade e independência” (Bauman; Briggs, 2003, p. 49).

Trata-se de fórmula poderosa que inventa a modernidade e regula o acesso a ela, fadando ao fracasso os grupos que não se enquadram na matriz normativa estabelecida pelos seus inventores, numa costura entre práticas linguísticas e práticas políticas que produzem a desigualdade social justamente pela articulação de tais práticas não enquanto invenção localizada e ligada a grupos restritos, mas enquanto uma verdade ontológica e universal – uma mera “representação do mundo tal como ele é”.

Diante disso, e para entendermos mais profundamente como operam as ideologias linguísticas no contexto contemporâneo, torna-se imprescindível olhar para como as atuais configurações móveis e complexas, associadas às disputas metapragmáticas em torno dos corpos que falam (Pinto, 2018) vêm desafiando e desestabilizando o equilíbrio entre as práticas de mistura e purificação descrito acima, ampliando assim a dialética entre natureza e cultura (Latour, 2013), de modo a incluir em nosso debate outros domínios da experiência.

Entre esses domínios, estão os investimentos afetivos que circunscrevem o estabelecimento das ideologias, os quais, no entanto, são sistematicamente relegados a um domínio não científico – ou, conforme algumas tradições teóricas, ao domínio do inconsciente. Elizabeth Povinelli (2016[1999]) nos lembra, por exemplo, que Whorf considerava que certa má apreensão da estrutura linguística “e as emoções que ela suscita constituíam o componente ideológico que os/as antropólogos/as da linguagem descrevem geralmente como ‘o inconsciente’” (p. 210).

A seguir, traço algumas reflexões acerca da relação entre os afetos e emoções e a instituição de ideologias linguísticas, numa tentativa de mostrar como a dimensão afetiva e emocional pode constituir não apenas uma *representação* alternativa do mundo, mas também fomentar a *crença* na possibilidade de mudanças sociais.

#### 4 POR UMA PERSPECTIVA DOS AFETOS

Para fundar e legitimar o projeto moderno de produção e naturalização de desigualdades e hierarquias sociais, o trabalho de purificação da língua realizado pela ciência moderna (Bauman; Briggs, 2003) se apoiou na dicotomização entre a razão e a emoção. Se quisermos, então, lançar um olhar crítico às ideologias linguísticas, teremos necessariamente que questionar essa dicotomia e incorporar a dimensão afetiva e emocional ao debate.

Essa perspectiva se torna especialmente importante quando estamos discutindo questões ligadas ao sistema sexo/gênero. Para Elizabeth Povinelli (2016[1999]), “aspectos gramaticais e pragmáticos da linguagem embutem ou recobrem as economias psíquicas e corporais de sistemas de gênero de sistemas sexuais e afetivos particulares” (p. 210). Isso se dá a partir da codificação do contexto e de seus efeitos (função metapragmática), e das referências explícitas ou implícitas a tais codificações (discurso metapragmático). Essa articulação entre função e discurso metapragmáticos, que a autora deriva de Silverstein (1993), se torna útil aqui para compreendermos como o par crenças/representações que sustenta a maneira de operar das ideologias linguísticas depende da construção de estruturas avaliativas sobre o uso da língua – e como os corpos falantes, com suas subjetividades e afetos, as desafiam constantemente.

Conforme Povinelli (2016[1999]), os aspectos da linguagem que codificam o contexto (portanto, a função metapragmática da linguagem) ordenam a produção de textos considerados coerentes e interpretáveis, e, portanto, “duráveis e aparentemente destacáveis de seus contextos locais” (p. 212). De forma correlata, Jan Blommaert (2014, p. 69) destaca que o trabalho das ideologias linguísticas é justamente “produzir estabilidade e capacidade de reconhecimento”.

No entanto, Povinelli (2016[1999]) nota que, na realidade, todos os segmentos “coerentes” da linguagem são de fato “discursos metapragmáticos implícitos integrados às instituições sociais dominantes ou minoritárias, formais ou informais” (p. 213). Dito de outra maneira: a coerência de sentidos linguísticos engendrada pela codificação do contexto não reside nos textos e nos contextos em si; ela depende de uma série de discursos (inclusive o acadêmico) que ditam como deve se dar essa codificação e quais corpos devem ou não se submeter a ela.

A autora argumenta que essa relação se faz notar justamente no momento em que determinados usos *parecem* deformar ou distorcer o sentido aparentemente coerente de uma conversação considerada normal. O gênero, nesse cenário, se torna o terreno que estabelece as fissuras necessárias para dismantelar essas arraigadas ordens de funcionamento ideológico da linguagem. Trata-se de um material para “construção de ligações *delicadas e íntimas* da sociedade humana” (Povinelli, 2016[1999], p. 213, grifos meus), uma subjetividade que teima em inserir formas particulares de ser, e que desafia e transgredir as estruturas supostamente duráveis da língua:

[...] o que perturba a língua social e a transforma em língua individual não é a linguagem por ela mesma, mas, pelo menos em parte, na interioridade pré e não linguística, *os vínculos afetivos e corporais, as necessidades, os imaginários* e as superfícies que a linguagem marca/é marcada e contraria/é contrariada (Povinelli, 2016[1999], p. 228, grifos meus).

As noções de intimidade, delicadeza e afetividade destacadas pela autora ganham aqui enorme importância para entender o funcionamento da dinâmica entre os discursos que procuram assegurar a “fixação” dos textos denotativos aos corpos, os quais, por sua vez, “fornecem superfícies, densidades, plasticidades, massas, vazios e solidez com as quais a linguagem está lutando” (Povinelli, 2016[1999], p. 229).

Convencionalmente, a noção de afeto se refere aos estados emocionais e suas perturbações psicológicas no corpo e na mente, mas também pode indicar, de forma mais abrangente, linhas gerais de força capazes de influenciar, movimentar e mudar eventos (Wetherell, 2012), razão pela qual argumento por uma perspectiva do afeto como produção corporificada de significado (*embodied meaning-making*), nos termos de Margaret Wetherell (2012), procurando apreender as tensões dialéticas entre corpo/mente e razão/emoção. Essa perspectiva não pressupõe que tais domínios simbólicos sejam a mesma coisa, mas os coloca num *continuum*, já que os afetos são produzidos juntamente com a produção de códigos, informações, ideias e imagens, dizendo respeito “tanto ao nosso poder de afetar o mundo ao nosso redor quanto o nosso poder de ser afetado por ele, juntamente com a relação entre esses dois poderes” (Hardt, 2007, ix).

Para Sarah Ahmed (2014), a política das emoções vem sendo historicamente articulada como uma espécie de sentimento de empatia pelo outro “que poderia ser eu”, reduzindo-a ao indivíduo isolado e à sua interioridade e/ou caráter, numa tentativa de desassociação entre as emoções e a justiça social, não apenas construindo as emoções como irrelevantes para o julgamento e à justiça, mas também como irracionais ou como um obstáculo para o bom julgamento. A chamada “virada afetiva” (*affective turn*) nas ciências humanas e sociais nas décadas recentes procura entender como os afetos e emoções não são necessariamente uma forma de duelo entre o que é “bom” e “mau”, mas produzem (ou inventam?) efeitos nas superfícies e limites dos corpos:

Ainda que as emoções possam ser experimentadas como ‘de dentro para fora’ ou ‘de fora para dentro’, elas na verdade trabalham para *gerar a distinção entre dentro e fora*, parcialmente por meio do ato de ensaiar associações que já estão em vigor (Ahmed, 2014, p. 194, grifos meus).

As emoções e afetos agem, portanto, a partir de um trabalho linguístico que alinha alguns corpos a outros, determinando como eles se movem nas zonas de contato (Pratt, 1991). Torna-se forçoso, diante disso, reconhecer que as emoções são *feitos* e não necessariamente origens dos nossos comportamentos sociais.

[...] as emoções não são apenas as ‘impressões’ deixadas pelos outros, mas envolvem investimentos em normas sociais. A injustiça pode funcionar precisamente através da manutenção de tipos particulares de relações afetivas com as normas sociais, através do que fazemos com nossos corpos (Ahmed, 2014, p. 196).

Uma perspectiva dos afetos tem o potencial de mostrar a complexidade da sua relação com projetos de poder, os quais, a princípio, parecem prescindir de um trabalho emocional para serem levados a cabo. Ahmed (2010) nos lembra, entretanto, como a construção do ideário de nação é baseado numa política *emocional* da cidadania, que investe na “felicidade nacional” como cola social que pretende reunir as pessoas sob um mesmo território e língua, desde que elas compartilhem as mesmas crenças (e atendam aos requisitos necessários para tanto). Podemos perceber, aqui, como as ideologias linguísticas do monolinguismo nacional e da padronização, por exemplo, capitalizam a projeção de um sentimento de pertencimento à nação para criar diferenciações entre falantes.

Por fim, reconhecer que somos movidas/os por sentimentos, afetos e emoções não significa apenas incorporar esta camada de significado às nossas análises (Dias; Pinto; Gonçalves, 2021), mas também utilizar essa perspectiva para nos movermos em direção a uma relação diferente com as normas que queremos contestar. Uma perspectiva emocional do trabalho linguístico não significa, contudo, encontrar sentimentos “bons” ou “maus” e expressá-los no intuito de “superar” (*move on*) ou “se afastar” (*move away*) das injustiças sociais, mas “mover-se e ser movida/o enquanto uma forma de trabalho, que abre diferentes tipos de vínculos com as/os outras/os, em parte através do reconhecimento desse trabalho como um trabalho” (Ahmed, 2014, p. 201). Desafiar, portanto, as normas sociais que geram desigualdade implica uma diferente relação afetiva com essas normas, o que significa pensar na possibilidade de imaginar e inventar outras realidades, construindo alianças afetivamente informadas capazes de resistir a regimes autoritários e desiguais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procurei articular algumas relações entre língua e cultura mediadas por ideologias linguísticas, a partir da crítica ao paradigma referencial do trabalho linguístico enquanto suposta representação transparente do mundo material e que subjaz tanto às interações cotidianas quanto à construção de epistemologias. Para tanto, me apoiei na potencialidade crítica que reside no reconhecimento da noção de ideologia enquanto crença a respeito de como a língua funciona ou deve funcionar, explorando, para tanto, as noções de invenção e afeto como instâncias simbólicas relevantes para este campo.

Iniciei este texto falando sobre escolhas ideologicamente informadas de uso do gênero gramatical, haja vista seu potencial de visibilizar as tensões e incompatibilidades entre os modelos convencionados e as realidades empíricas, e sua produção de diferenças e desigualdades. Vimos como a insistência na diferenciação simplista e essencialista entre masculino vs. feminismo está ancorada numa tradição que estabelece uma relação ontológica de correspondência entre sistemas culturais e sistemas linguísticos:

Ideologias de linguagem e gênero, portanto, são específicas de seu tempo e lugar: variam entre culturas e comunidades, e são influenciadas por representações de outras características sociais, como etnia e classe social. *O que é constante é apenas a insistência de que, em*

*qualquer grupo social identificável, mulheres e homens são diferentes [...]. Qualquer que seja sua substância, essas representações podem ser analisadas como parte do aparato de uma sociedade para manter as distinções e hierarquias de gênero. No nível mais básico, eles ajudam a naturalizar a noção dos sexos como ‘opostos’, com diferentes naturezas e papéis ou responsabilidades sociais. Muitas vezes, também, naturalizam as desigualdades sociais associadas à diferença de gênero (Cameron, 2014, p. 285).*

Para além de uma proposta definitiva que “resolva” o embate sobre o uso da linguagem neutra e dos termos inclusivos no Português Brasileiro, este ensaio teórico se pergunta justamente o que move nossos desejos (ilusórios, na maioria das vezes) de encontrar respostas definitivas para a questão por meio de sistemas denotacionais – e o que isso nos diz sobre o impacto do paradigma referencial que orienta nossos modelos linguísticos.

Ao longo da discussão empreendida, procurei mostrar como as abordagens linguísticas convencionais dependem fundamentalmente de crenças na separabilidade de corpos, as quais são articuladas enquanto verdades imanentes sobre o mundo, contribuindo para fundar e sedimentar projetos de exclusão. Reconhecer que práticas linguísticas significam práticas de poder significa, por outro lado, também construir meios de enfrentamento a elas (Brah, 2006). Por isso, propus incorporar ao debate as perspectivas da invenção e do afeto como camadas que funcionam como ferramentas tanto de explicação teórica quanto de ação política diante de regimes de produção de desigualdades por meio da língua.

Permanecer nas perguntas, fazer mais perguntas, fazer *outras* perguntas, procurar novas formas de perguntar; acreditar, enfim, nos espaços de tensionamento enquanto regiões inventoras de novos significados e novos “modos de vida” (Povinelli, 2006). A perspectiva feminista articulada por este artigo está ancorada, assim, numa maneira de produzir conhecimento enquanto prática tanto de evidenciação de desigualdades quanto de abertura para novas possibilidades construção social de mundos e de subjetividades. Por um lado, trata-se de admitir que tornar-se um sujeito da linguagem implica numa série de sofrimentos decorrentes de nossa vulnerabilidade linguística (Butler, 1997). Por outro, trata-se de reconhecer que essas ordenações “são sempre sujeitas a modificação, questionamento, interrogação e acusação, baseadas nessas mesmas características, funções, instituições e agentes” (Povinelli, 2016[1999]).

Conforme Sarah Ahmed (2017), um passo importante para o movimento feminista é reconhecer o que não acabou; aliás, o próprio feminismo é necessário porque aquilo que pretendemos combater alguns sequer reconhecem como existente. Nessa busca por narrativas teóricas afetivamente posicionadas, reconhecemos, por um lado, as feridas que a língua causa em nossos corpos; por outro, construímos cicatrizes e insistimos em permanecer vivas e vives.

## REFERÊNCIAS

- AHMED, S. *Living a Feminist Life*. Durham; London: Duke University Press, 2017.  
 AHMED, S. *The Cultural Politics of Emotion*. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.  
 AHMED, S. *The Promise of Happiness*. Durham; London: Duke University Press, 2010.

- BAUMAN, R.; BRIGGS, C.. Language Philosophy and Language Ideology: John Locke and Johan Gottfried Herder. In: KROSKRITY, P. V. (ed.). *Regimes of Language: ideologies, politics, and identities*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2000, p. 139-204.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. *Voices of Modernity: Language Ideologies and the Politics of Inequality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BLOMMAERT, J. Ideologias linguísticas e poder. Trad. Ive Brunelli. In: SILVA, Daniel N.; FERREIRA, Dina M.M.; ALENCAR, Claudiana N. *Nova Pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 67-77.
- BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.43, p.441-474, 2014.
- BORBA, R.; LOPES, A. C. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.21, n. esp., 2018, p.241-285.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BUTLER, J. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York, Routledge, 1997.
- BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 [1990].
- CAÊ, G. *Manual para o uso da Linguagem neutra em Língua Portuguesa*. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/CMLUc>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- CAMERON, D. Gender and Language Ideologies. In: EHRlich, S.; MEYERHOFF, M.; HOLMES, J. (Eds.). *The Handbook of Language, Gender, and Sexuality*. Malden: Wiley-Blackwell, 2014, p. 279–296.
- CAMERON, D. Language, Gender, and Sexuality: Current Issues and New Directions. *Applied Linguistics*, v. 26, n. 4, p. 482-502, 2005.
- CAMERON, D. The illusion of inclusion. *language: a feminist guide*, 5 ago. 2018. Disponível em: <https://shre.ink/8cOQ>. Acesso em: 08. mar. 2024.
- CARMO, M. S. do. Mapeamento dos estudos sobre ideologia linguística no Brasil. In: *Anais do International Congress of Critical Applied Linguistics*, Brasília, 19-21 out. 2015. Disponível em: <https://shre.ink/8cOH>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- DIAS, A. L. K.; PINTO, J. P.; GONÇALVES, E.. Linha da vida feminista e performatividade da esperança numa pesquisa etnográfica. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 104-123, 2021.
- FABRÍCIO, B. F. Mobility and discourse circulation in the contemporary world: the turn of the referential screw. *Revista da Anpoll*, n. 40, p. 129-140, 2016.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para As Mulheres. *Manual de uso não sexista da linguagem*. Porto Alegre: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014.
- HARDT, M. Foreword: What Affects Are Good For. In: CLOUGH, P. T.; HALLEY, J. (Eds.). *The Affective Turn: Theorizing the Social*. Durham and London: Duke University Press, 2007. p. ix-xiii.
- IRVINE, J. T.; GAL, S. Language Ideology and Linguistic Differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (ed.). *Regimes of Language: ideologies, politics, and identities*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2000, p. 35-83.
- KROSKRITY, P. V. Language Ideologies. In: DURANTI, A. (ed.). *A companion to Linguistic Anthropology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, p. 496-517.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 3. ed. Trad. Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 2013.
- MILROY, J. Ideologias Linguísticas e as consequências da padronização. Trad. Marcos Bagno. In: LAGARES, Xoán C.; BAGNO, Marcos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 49-87.
- MOURA, J. R. F. de. Língua(gem) e gênero neutro: uma perspectiva discursiva no português brasileiro. *Linguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 24, n. 47, p. 146-163, 2021.
- PINTO, J. P. Corpo como contexto-de-ocorrência de metapragmáticas sobre o português em socializações de estudantes migrantes para o Brasil. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 18, n. 3, p. 751-768, 2018.
- POVINELLI, E. A. Feminism as a Way of Life. *Women's Studies Quarterly*, v. 34, n. 1-2, p. 438-441, 2006.
- POVINELLI, E. A. Pragmáticas íntimas: linguagem, subjetividade e gênero. Trad. Joana Plaza Pinto. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 24, p. 205-237, 2016 [1999].

- PRATT, M. L. Arts of the contact zone. *Profession*, p. 33-40, 1991.
- SCHNEIDER, J. W.; HACKER, S. L. Sex Role Imagery and Use of the Generic 'Man' in Introductory Texts: A Case in the Sociology of Sociology. *The American Sociologist*, v. 8, n. 1, 1973, p. 12-18.
- SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, n. 23, p. 193-229, 2003.
- SILVERSTEIN, M. Language Structure and Linguistic Ideology. In: CLYNE, P. R. et al (eds.). *The Elements: A Parasession on Linguistic Units and Levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.
- SILVERSTEIN, Michael. Metapragmatic Discourse and Metapragmatic Function. In: LUCY, John. (Ed.). *Reflexive Language: Reported Speech and Metapragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 33-58.
- VALLADA, A. D.; PINTO, J. P. Cinco décadas de linguística feminista: índices de consolidação do campo". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, e64988, 2021.
- WAGNER, R. *A invenção da cultura*. Trad. Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify Portátil, 2012.
- WETHERELL, M. *Affect and Emotion: a new social science understanding*. New Delhi: Sage, 2012.
- WOOLARD, K. Introduction: language ideology as a field of inquiry. In: SCHIEFFELIN, B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (eds.). *Language Ideologies: practice and theory*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 3-47.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.